



1º Leilão de Fontes Alternativas

Realização: 18/06/07
Característica: A-3

Análise
Pré-leilão

Análise
Pós-leilão

Em 18 de junho, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), seguindo diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME) e a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), promoveu o 1º leilão de energia elétrica proveniente de fontes alternativas. No certame foram licitados contratos de suprimento de energia com início de entrega em 1º de janeiro de 2010, classificados por fonte de geração hidrelétrica e outras.

Seguindo o modelo dos leilões de energia nova, negociaram-se contratos de quantidade de energia com duração de 30 anos para as usinas hidrelétricas e contratos de disponibilidade com duração de 15 anos para as outras fontes. Dos 1.165 MW habilitados para o certame, apenas 638,3 MW (55%) foram comercializados, em um total de 18 empreendimentos e 186 MWmed de energia.

Do montante negociado, 25% foi contratado de 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e 75% de 12 unidades de outras fontes. Os contratos de energia hidráulica foram negociados a um preço médio de venda de R\$ 134,99/MWh, sendo a totalidade ofertada por empreendimentos privados – vide Tabela 1. Em relação a outras fontes de geração, o preço médio de contratação foi de R\$ 138,85/MWh, sendo também a totalidade ofertada por empreendimentos privados – vide Tabela 2.

Tabela 1 - Resultados das Usinas de Fonte Hídrica

Empreendimento	Tipo	Sub - mercado	Energia contratada (lotes)	Preço de Lance (R\$/MWh)
Pedra Furada	PCH	NE	3	134,97
Arvoredo	PCH	S	7	135,00
Varginha	PCH	SE	4	135,00
Santa Luzia Alto	PCH	S	14	135,00
Ibirama	PCH	S	13	134,98
Pampeana	PCH	SE	5	135,00

Nota: o preço de venda inclui o ajuste de preços das usinas que pagaram o UBP sob o critério de máximo valor.

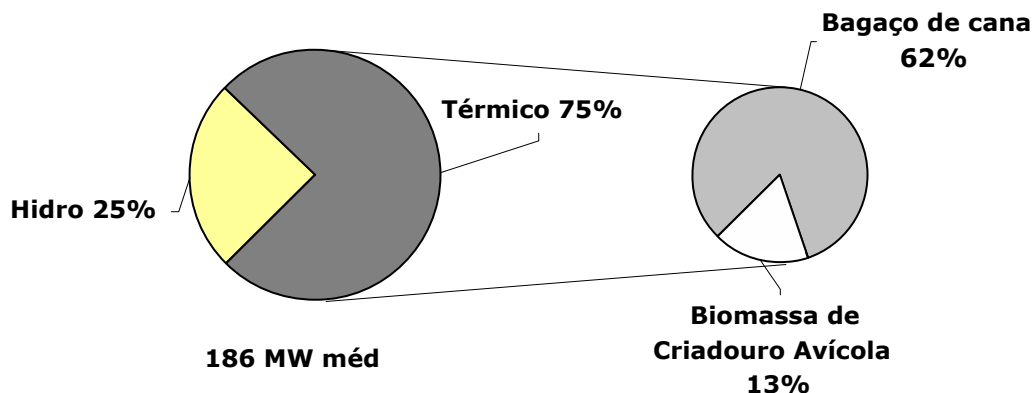
Fonte: CCEE

Tabela 2 - Resultados das Usinas de Outras Fontes

Empreendimento	Tipo	Sub - mercado	Energia contratada (lotes)	ICB (R\$/MWh)	Receita (R\$/ano)
Xanxere	BCA	S	25	138,50	27.484.500,00
Florida Paulista	BAG	SE	8	139,12	10.025.088,67
Sao Joao da Boa Vista	BAG	SE	23	138,60	28.440.702,93
Louis Dreyfus Lagoa da Prata Fase 1	BAG	SE	13	139,12	16.326.160,69
Louis Dreyfus Lagoa da Prata Fase 2	BAG	SE	6	139,12	7.554.276,95
Louis Dreyfus Rio Brilhante - Fase 1	BAG	SE	10	139,12	12.558.585,15
Louis Dreyfus Rio Brilhante - Fase 2	BAG	SE	12	139,12	15.059.129,69
Pioneiros II	BAG	SE	12	139,12	14.995.616,47
Santa Cruz AB Fase 1	BAG	SE	6	138,75	7.520.648,22
Santa Cruz AB Fase 2	BAG	SE	14	138,75	17.548.180,18
Ester	BAG	SE	7	138,90	8.740.027,84
Iacanga	BAG	SE	4	138,94	4.923.696,00

Nota: O ICB é definido como a razão entre o custo global (custo fixo + custo variável) e a garantia física.
Fonte: CCEE. Legenda: BCA= biomassa de criadouro avícola; BAG= biomassa de bagaço de cana.

Considerando a energia comercializada de outras fontes, a sua totalidade foi ofertada por usinas térmicas, sendo que 82% (115 MW médios) serão produzidos por usinas a bagaço de cana e 18% por usinas a biomassa de criadouro avícola – vide Gráfico 1.

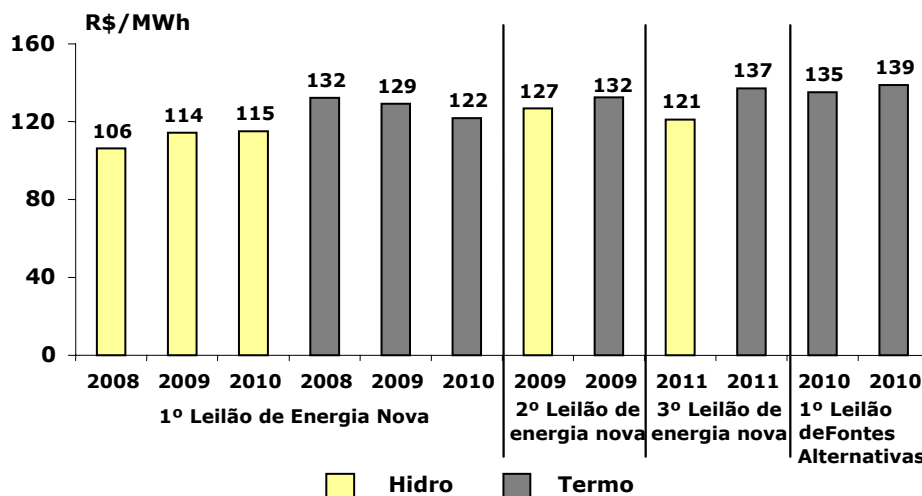
Gráfico 1 – Participação nas Vendas de Energia por Tipo de Fonte de Energia

Fonte: CCEE.

Conforme mostra o Gráfico 2, o preço médio da PCHs que participaram do certame ficou 12% acima do valor apurado pela fonte hídrica no último leilão de energia nova realizado em outubro de 2006. Em relação às fontes térmicas, a

diferença não foi significativa. O preço médio das usinas térmicas movidas a biomassa ficou apenas 3% acima do observado no último leilão de energia nova.

Gráfico 2 – Preços Médios dos Leilões de Energia Nova e de Fontes Alternativas



Fonte: CCEE

Os resultados do primeiro leilão de energia de fontes alternativas foram decepcionantes. Até mesmo representantes do governo federal indicaram que pouca energia foi negociada, colocando em dúvida a utilidade de um leilão separado para as fontes alternativas. A geração eólica, por biomassa e PCHs é mais cara que a geração tradicional, em especial em função da escala das unidades produtivas. Para que tais empreendimentos atraiam investidores privados e sejam viabilizados, com efeitos positivos para a diversificação da matriz energética nacional, é necessário um retorno compatível. Se o objetivo é o de contratar mais energia, a lógica de restringir elevações de preços, que vêm direcionando todos os leilões de energia, deve ser alterada.

Em primeiro lugar, é fundamental que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o MME façam uma reavaliação dos parâmetros financeiros utilizados para o cálculo dos preços teto, aproximando-os da realidade do mercado. Em segundo lugar, é vital uma reavaliação na metodologia dos leilões de forma que eles sinalizem mais a escassez de energia, reflitam preços ascendentes e não apenas evidenciem o desinteresse do investidor privado como ocorreu no certame de energia alternativa.